



GT 023. Antropologia, gênero e saúde no contexto neoliberal e neoconservador no Brasil: desafios e estratégias de enfrentamento

Rozeli Maria Porto (UFRN) - Coordenador/a, Mônica Franch (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a

Nas últimas décadas, o avanço na pesquisa antropológica sobre as articulações entre gênero, saúde e sexualidade tem evidenciado problemáticas importantes no campo dos Direitos Humanos e fundamentais. Reflexões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens, em suas várias orientações de gênero e sexualidade, têm provocado aos pesquisadores em um campo moral a pensarem no entrecruzamento desses direitos com diferentes marcadores sociais da diferença. Essas questões se tornam urgentes num contexto hodiernamente sombrio no país, marcado pela implantação de um projeto econômico e socialmente excludente, que está levando ao desmonte de políticas públicas de saúde. Os direitos relativos ao aborto, ao parto humanizado, o acesso a serviços de saúde para travestis e transexuais ou, ainda, a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids, estão cada vez mais ameaçados diante de tais circunstâncias. Frente aos desafios impostos por esse contexto neoliberal e neoconservador, a proposta deste GT é refletir sobre as estratégias teóricas, metodológicas e políticas que estamos desenvolvendo no cotidiano de nossas pesquisas em torno das questões de gênero, saúde e sexualidade. Podem girar em torno de temas como maternidade, aborto, HIV/Aids, Tec. Reprod., diversidade sexual e transexualidade, e suas articulações entre gênero, classe, raça, etc; relações e/ou conflitos com o Estado; fluxos de poder, influências políticas, morais e/ou religiosas.

Empreendedorismo Materno: para início de conversa, uma questão de gênero.

Autoria: Marcela Marques Serrano

Durante as décadas de 1980 e 1990, a concepção de que as pequenas unidades produtivas têm um papel central na tentativa de solucionar os problemas de desemprego e pobreza no Brasil tornou-se hegemônica. A expectativa de um Estado interventor e criador de políticas públicas de emprego e renda que tivesse como norte o assalariamento e o work formal sai do horizonte e do discurso governamental. Mesmo durante os governos petistas, por alguns considerados neo-desenvolvimentistas, as políticas públicas de apoio de incentivo aos pequenos empreendimentos econômicos marcaram presença significativa. Do ponto de vista subjetivo, podemos identificar um processo de glamurização do empreendedorismo. Propagandas e pesquisas apontavam de forma positiva o caráter empreendedor e a capacidade criativa do povo brasileiro. “Ter seu próprio negócio”, frequentemente foi associado a um sonho de “ser o seu próprio patrão”. Conforme vem sendo apontado pela literatura, esse “mito do empreendedorismo” está impregnado da ideologia individualista, que responsabiliza o trabalhador pela sua “empregabilidade”. Contudo, estudos mostram que a realidade do empreendedorismo brasileiro está muito distante de um sonho; empresas de baixíssima lucratividade e com poucos anos de vida predominam. Boa parte dos empreendedores apresentam baixo grau de escolaridade e suas intenções de crescimento são poucas. Normalmente atuam no comércio e setor de serviços, com empreendimentos de baixo valor (tecnológico, por exemplo) agregado. Na grande maioria dos casos, trata-se da luta pela sobrevivência e reprodução social de “trabalhadores sobrantés”, excluídos do mercado de work sem previsão de retorno. Quadro que tende ao agravamento na atual conjuntura. Nos últimos dez anos, uma categoria específica vem se destacando dentro desse universo: o empreendedorismo materno, que abriga especialmente mulheres que se tornaram mães (mas também alguns pais) e optaram por deixar seu emprego para ficar mais próximas dos filhos. Há também aquelas que depois da maternidade encontraram dificuldades de reinserção no mercado de work. Saber quem são essas mulheres, traçar o perfil



socioeconômico delas é um dos objetivos dessa pesquisa. Mas para além disso, foi possível perceber a partir das redes sociais, que há uma dimensão política (sobretudo no que tange à questão de gênero) que de certa forma distingue esse segmento. Na presente ocasião, a partir de uma pesquisa exploratória em sites e redes sociais, pretendo apresentar algumas reflexões sobre esse aspecto.



Realização:



Apoio:



Organização:

